



**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALPIARÇA REALIZADA NO DIA 23 DE NOVEMBRO DE 2017 - N.º 3 - MANDATO 2017 – 2021**-----

Aos vinte e três dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezassete, nesta Vila de Alpiarça, no Auditório do Edifício dos Paços do Concelho, sito na Rua José Relvas, número trezentos e setenta e quatro, reuniu, a Câmara Municipal de Alpiarça, eleita para o quadriénio 2017/2021, sob a Presidência do Excelentíssimo Senhor Mário Fernando Atracado Pereira e com a presença dos Senhores Vereadores Sónia Isabel Fernandes Sanfona da Cruz Mendes, António da Conceição Moreira e João Pedro Costa Arraiolos. Ausência do Sr. Vereador Carlos Jorge Duarte Pereira, em gozo de férias. Secretariou a reunião, Ana Cristina Lima Ferreira, Assistente Técnica Administrativa, a exercer funções de secretária de apoio no Gabinete de Apoio à Presidência da Câmara, bem como secretária na Assembleia Municipal de Alpiarça e José Manuel Portugal Vaz de Sousa, Técnico Superior.-----

A reunião foi aberta pelo Senhor Presidente da Câmara, Mário Fernando Atracado Pereira, eram quinze horas e nove minutos, tendo tido lugar o período de Antes da Ordem do Dia:-----

**ANTES DA ORDEM DO DIA:**-----

O Senhor Presidente da Câmara cumprimentou todos os presentes, distribuiu o resumo diário de tesouraria referente ao dia 22 de novembro de 2017 com um total de disponibilidades de 422,283,46€.-----

Sobre a proposta de ata da reunião de Câmara realizada no dia 9 de Novembro de 2017, o Sr. Presidente informou que não foi possível elaborar a ata a tempo de a trazer a esta reunião. De seguida deu a palavra aos Srs. Vereadores.-----

Usou da palavra a Sr.ª Vereadora Sónia Sanfona que falou sobre a reunião do executivo com os colaboradores do Município e considerando que iriam ser feitas algumas alterações nos serviços, requereu uma listagem com a identificação de todos os colaboradores do município, com a respetiva categoria profissional e a função que desempenham. Solicitou uma listagem das dividas às entidades que o Município integra. Sobre as Grandes Opções do plano e o Orçamento para o próximo ano afirma que estes documentos são da responsabilidade da força maioritária e solicita informações sobre os níveis de execução de orçamentos anteriores, informando que, pontualmente poderão apresentar algumas sugestões ou propostas de alteração que sejam úteis e que possam melhorar o orçamento. Refere a realização do evento que se realizou no Paúl da



Goux, afirmando que houve má fé por parte dos promotores e um aproveitamento de uma falha dos serviços, e que o mesmo se realizou ao arrepio de uma decisão da Câmara. Sobre a empresa Tagusgás, instalada na Zona Industrial, questionou se há possibilidade de a Câmara negociar com a empresa de modo a estender a rede de funcionamento de gás a todas as empresas da Zona Industrial. Sobre a Barragem dos Patudos questionou se existe algum Regulamento de utilização de todo o espaço da Barragem e se os pescadores, durante os concursos, podem circular ou estacionar os carros junto dos pesqueiros, como se procede à limpeza dos mesmos após os concursos, havendo, na sua opinião, condições para exigir aos pescadores que zelem pela limpeza do espaço que ocuparam. Quanto à limpeza propriamente dita de todo o espaço, até à linha de água, é seu entendimento que o Município, nestes e noutros casos com determinadas especificidades, deve procurar pareceres técnicos para o efeito. -----

O Sr. Vereador António da Conceição Moreira iniciou a sua intervenção, cumprimentou todos os presentes e falou sobre questões de saúde pública, nomeadamente o aparecimento de cães envenenados na zona alta da vila e pergunta qual é a situação do canil inter-municipal; ainda na Rua João Maria da Costa, n.º 19 questiona a falta de limpeza numa casa abandonada; fala sobre as antigas instalações da Farmácia Gameiro, em risco de queda para o passeio, onde existem toneladas de entulho e disse que a Câmara deve tomar providências; sobre o Plano de Socorro do campo de Futebol, questionou em que fase está; sobre o protocolo entre a Câmara e Os "Águias" relativo à utilização do campo de futebol, questionou porque é que um portão está sempre aberto todos os dias do ano; na Casa dos Patudos - Museu de Alpiarça, após a retirada do gradeamento disse que as pessoas caminham sobre a parte ajardinada e não entram pelo portão; no Frade de Baixo, na Rua do Vale Peixe existem zonas onde já não se pode transitar com tantas canas, ao que o Presidente da Câmara respondeu de imediato que o local onde se encontram as canas é da responsabilidade da Câmara de Almeirim; questionou sobre o horário da loja do cidadão; referiu dois aparelhos de manutenção que estão avariados junto às piscinas; na Rua António da Silva Barroso existe uma tampa de contentor partida já há algum tempo; falou sobre os semáforos junto à Quinta da Torre, que não estão a funcionar bem; na Rua Sacramento Pratas, foi cimentado um passeio com cerca de sete ou oito metros, por que não também do outro lado da rua?; no que diz respeito à recolha de lixo nos lugares, questionou de quanto em quanto tempo o mesmo é recolhido.-----



O Sr. Presidente iniciou as respostas às perguntas colocadas e forneceu a listagem das dívidas às entidades onde a Câmara tem participação, solicitada pela Sra. Vereadora Sónia Sanfona. Sobre o orçamento, embora a lei permita a sua apresentação, em anos de eleições autárquicas, até 90 dias após as mesmas, é intenção do executivo apresentar os documentos ainda neste ano civil, mas deixa para o Vereador João Pedro Arraiolos a resposta, bem como as respostas sobre o regulamento de utilização do espaço da barragem, da listagem de identificação de funcionários, do protocolo entre a Câmara e o Clube Desportivo “Os Águias” relativo ao campo de futebol e o plano de socorro e do horário da loja do cidadão.-----

Informou que o processo de avaliação dos funcionários está a decorrer, esperando que os funcionários beneficiem de um eventual descongelamento das carreiras. Em relação às dívidas a entidades com participação municipal, referiu que a autarquia está a gerir as mesmas tendo em conta a sua situação financeira, considerando que uma boa parte do orçamento é absorvido pelo serviço da dívida aos bancos, com um valor na ordem de um milhão e trezentos mil euros por ano, um encargo muito pesado para a nossa autarquia. Sobre o evento que decorreu na Zona do Paúl da Goux, o Presidente afirma que o que se passou foi que a Câmara sugeriu ao promotor do evento uma mudança de local, considerando mesmo assim que qualquer zona fora do perímetro urbano é sensível ao ambiente, uma vez que são zonas de RAN ou de REN, mas acha que esta questão está a cair num exagero e lembra que há festivais de música a nível nacional, como o Festival da Zambujeira do Mar, do Crato, de Vilar de Mouros, etc, que se realizam em zonas de idêntica sensibilidade ambiental. Explica que a Câmara foi confrontada com uma situação a cinco dias do evento em que já havia uma estrutura montada com custos financeiros já assumidos pelo promotor que apresentou em devido tempo um pedido de licença de ruído, quando devia ter pedido um licenciamento para o evento. Depois de solicitado aos serviços um parecer jurídico verificou-se que, não tendo havido em devido tempo uma resposta ao pedido que foi feito, houve lugar a um deferimento tácito sobre o mesmo. O Presidente é da opinião que eventos como este ou outros que tragam gente a Alpiarça são importantes para o Concelho, embora não seja fácil encontrar a localização certa para festivais como o que agora se realizou. Ainda sobre este assunto afirma que, como não houve uma resposta atempada por parte da Câmara, o promotor tinha legitimidade para realizar o evento, por deferimento tácito. Respondeu à questão da Tagusgás dizendo que a lógica da empresa será expandir os seus serviços e que regularmente são feitos



pedidos, que são aceites, por parte da empresa para ligações de ramais a munícipes que o solicitam, na sequência do alargamento da rede de abastecimento a várias zonas do Concelho. Na zona Industrial acha que esta será também a lógica da empresa e sugere que seja feito um levantamento das necessidades das empresas da zona industrial e posteriormente fazê-lo chegar à Tagusgás. Em relação à barragem, considera que um dos problemas é o não funcionamento da descarga de fundo, que nunca funcionou. É da opinião que a solução será fazer uma limpeza de fundo e para isso a Câmara já contactou um conjunto de entidades e empresas, de forma a encontrar a melhor solução. Qualquer intervenção que seja feita terá de o ser com apoios financeiros porque a Câmara por si só não terá capacidade para tal. O tratamento que até agora tem sido feito, com sucesso, embora também com alguns custos, tem por objectivo melhorar a qualidade da água, evitar a sua degradação e prevenir o aparecimento de peixes mortos. Em conversa com elementos da APA, estes afirmaram que, apesar dos problemas de eutrofização da Barragem dos Patudos, as medidas de prevenção que têm sido tomadas pela autarquia apresentam resultados satisfatórios, valorizaram a manutenção dos níveis da água, considerando o panorama de outras massas de água na região e no país que apresentam problemas muito mais graves. Respondeu também à questão dos cães envenenados informando que não tinha conhecimento da situação mas que vai remeter para o veterinário e saber o que se passa. Sobre a recolha de cães abandonados, esta é feita sempre que solicitada e quando referenciada, pelos serviços da câmara. O canil intermunicipal será um projecto a desenvolver pelos 11 municípios da CIMLT, será participado com fundos comunitários e para avançar ainda neste quadro comunitário, não estando ainda bem definida a sua localização. Sobre a Casa dos Patudos - Museu de Alpiarça e o espaço ajardinado afirma que a sua alteração foi uma opção deste executivo mas considera que não é correcto as pessoas entrarem pela zona do muro que está ajardinada, devendo na sua opinião, colocar avisos para que isso não se verifique. No que diz respeito à Rua do Vale Peixe no Frade de Baixo e a invasão de canas do arruamento, refere que as mesmas se encontram do lado do Concelho de Almeirim, embora por vezes a Câmara de Alpiarça faça também esse serviço, no âmbito de uma boa colaboração que existe entre as autarquias, mediante a disponibilidade de meios. Sobre a questão da recolha de lixo, o Presidente diz que não há recolhas diferenciadas no concelho, pelo que esta é feita nos lugares com a mesma regularidade que é feita na sede do concelho. O que acontece é que há determinadas zonas dispersas que por



apresentarem uma ou duas casas, a recolha nestes casos pode ser feita com menos frequência, mas isso acontece tanto nos lugares como na sede do Concelho. Informou também que a Câmara pretende adquirir mais contentores para substituição ou reforço de algumas zonas.-----

Tomou a palavra o Vereador João Pedro Arraiolos.-----

O Vereador começou por informar que a listagem dos funcionários está disponível no site da Câmara, mas como se aproxima a discussão do novo orçamento, será disponibilizado o novo mapa de pessoal com todas as informações solicitadas. Sobre o orçamento municipal, poderão ser disponibilizadas aos vereadores da oposição as linhas gerais do mesmo que se encontram já praticamente definidas. Em relação à utilização da Albufeira dos Patudos, o que existe é um regulamento da concessão de pesca, que define os dias em que essa actividade pode ser desenvolvida e um conjunto de normas a cumprir. Refere que por vezes a limpeza dos pesqueiros, após os concursos, não é feita nas devidas condições e que, nestes casos são alertados os responsáveis. Entende que a barragem deve estar disponível para todos e que é possível uma boa convivência para as várias actividades que ali se podem desenvolver. De qualquer forma é uma questão que se pode analisar e discutir e encontrar as melhores soluções para a utilização do espaço. Referiu que o portão do campo de futebol, embora esteja muitas vezes aberto, não está sempre e sobre o horário da loja do cidadão, informou que tem como objectivo servir os munícipes em horários diferenciados do Município.-----

O Sr. Presidente concedeu mais uns minutos para os Srs. Vereadores usarem da palavra. A Sr.ª Vereadora Sónia Sanfona voltou a falar sobre o Paúl da Gouxa, sendo da sua opinião que Alpiarça, para além da Casa dos Patudos e de outros equipamentos, o melhor património que tem é a natureza e o turismo de natureza. Diz que não se pode comparar este evento de música com outros a nível nacional que têm impacto financeiro para as respectivas autarquias, o que não foi o caso deste para Alpiarça, e que, não sendo possível avaliar o impacto que este festival teve ao nível do ambiente naquele local, acha que o mesmo não se devia realizar, preservando todo aquele espaço do ponto de vista ambiental. Relativamente à informação jurídica presente considerou não ser razoável entender-se que existe um deferimento tácito relativamente a algo que não foi requerido.-----

O Presidente concorda com as diferenças ao nível financeiro dos festivais referidos, mas acha que o impacto ambiental naqueles é muito maior que no de Alpiarça. -----



Terminado o período de antes da Ordem do Dia, foram apreciados os pontos constantes da Ordem de Trabalhos, tendo sido tomadas as seguintes deliberações:-----

**ORDEM DO DIA:**-----

**Ponto 1** - Designação Fiscal Único da AR - Águas do Ribatejo, EM, S.A.-----

Águas do Ribatejo-----

O presidente informa que a proposta recai sobre a Sociedade Martins Pereira, João Careca e Associados.-----

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a presente proposta e remeter à Assembleia Municipal.-----

**Ponto 2** - Proposta de aprovação do início do procedimento de elaboração do "Regulamento Interno de Utilização dos recursos e Serviços de Informação"-----

Câmara Municipal de Alpiarça-----

O Presidente informa que esta proposta vem no seguimento do novo regime jurídico da protecção de dados pessoais, que tem a ver com tratamento de informação interna.-----

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a presente proposta-----

**Ponto 3** - Proposta de emissão de autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais pela Câmara Municipal, no âmbito da Lei dos Compromissos.-----

Câmara Municipal de Alpiarça-----

O Presidente dá a palavra ao Vereador João Pedro Arraiolos. O Vereador esclarece que se trata de uma autorização que terá de ser aprovada pela Assembleia Municipal no sentido de autorizar a Câmara a efectuar contratos de serviços até ao valor de 99 759,58 euros.

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a presente proposta e remeter à Assembleia Municipal---

**Ponto 4** - Taxas de imposto de imóveis (IMI) para o ano de 2017 a liquidar em 2018 - artigo 112º do DL 287/2003, de 12 de Novembro, na redação atualizada.-----

Câmara Municipal de Alpiarça-----

O Presidente refere que o IMI no concelho de Alpiarça, desde 2012 que se fixa na taxa mínima, ou seja 0,3%, tendo beneficiado os proprietários abrangidos por este imposto e que a Câmara deixou de arrecadar cerca de quatrocentos mil euros/ano, em relação à cobrança da taxa máxima. Do ponto de vista económico, não é possível manter este valor, que na sua opinião já deveria ter sido alterado, não o sendo porque houve um compromisso pessoal e da CDU em não alterar a taxa



durante o mandato anterior, compromisso esse que foi cumprido. Agora, e por uma questão de sustentabilidade das finanças municipais terá de ser alterado, considerando até um conjunto de investimentos que vão ser efectuados no Concelho, com apoio de fundos comunitários e também para compromissos com necessidade de regularização. A proposta apresentada para a taxa de IMI para 2018 é de 0,42%.-----

O Presidente dá a palavra aos vereadores. A vereadora Sónia Sanfona intervém para dizer que acha que a maioria devia ter dito durante a campanha eleitoral que a taxa de IMI não era para manter neste mandato, e afirma que o PS sabia que esta situação não podia continuar assim. O Presidente aqui questiona a Vereadora porque é que o PS também não disse que ia aumentar o IMI, se era esse o seu entendimento. No entanto, a Vereadora afirma que, com sentido de responsabilidade, e compreendendo que de certa forma o município abdicou de determinados valores em benefício das famílias, há agora que tomar medidas para satisfazer o colectivo da população e gerir o aumento das receitas municipais para melhorar a vida dos Alpiarcenses. A proposta ora apresentada não seria a proposta do PS, que assim vai optar pela abstenção, nesta matéria. Pede a palavra o Vereador António Moreira para dizer que, não sendo surpresa o aumento do IMI, acha o valor alto demais, considerando que a situação económica das pessoas não se alterou muito. O Presidente afirma que se fosse cumprida a lei das Finanças locais e fosse transferido para as autarquias os valores a que têm direito por lei, os munícipes em termos de impostos municipais podiam ser menos penalizados. A Vereadora Sónia Sanfona considera que o IMI é um imposto injusto, uma vez que este incide sobre uma habitação própria e portanto já paga. Apesar disso entende que estes são necessários para garantia de serviços básicos e fundamentais para um conjunto de medidas a tomar pelos municípios, essenciais para melhorar a vida das pessoas, considerando igualmente exagerado o montante de aumento.-----

Foi deliberado, por maioria, com duas abstenções dos Vereadores Sónia Sanfona e António Moreira, aprovar a presente proposta e Remeter à A.M.-----

**Ponto 5 - Taxa de derrama do ano de 2017 para cobrança em 2018**-----  
Câmara Municipal de Alpiarça-----

O Presidente informa que os valores agora propostos são os mesmos do ano anterior e que se mantêm igualmente as mesmas condições para fomentar o emprego no Concelho. Posto o ponto à discussão a Vereadora Sónia Sanfona intervém para dizer que entende que não é pelos valores da



derrama que as empresas se fixam em determinado lugar, reconhecendo no entanto a sua importância, alegando que há necessidade de criar outros atractivos. Sugere que a Câmara elabore um plano de promoção para a zona industrial e refere que a construção da circular externa seria benéfica para o desenvolvimento da nossa zona industrial.-----

O Presidente registou a sugestão da Vereadora e concorda que existem alguns constrangimentos referidos, como a circular externa, que poderiam beneficiar a Zona Industrial de Alpiarça. Afirma que foram solicitadas várias regiões aos membros do governo, por parte das autarquias, que visavam fazer pressão para a construção do IC 3. Falou também sobre a situação dos lotes da ZI e da solução para os colocar disponíveis para futuras instalações de empresas que o pretendam fazer.-----

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a presente proposta e remeter à Assembleia Municipal.--

**Ponto 6** - Taxa municipal de direitos de passagem (TMDP) - valor percentual para o ano de 2018 - Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro, na redação atualizada - Lei das comunicações eletrónicas.-----

Câmara Municipal de Alpiarça-----

Intervenção do Presidente para esclarecimento dos objectivos desta taxa.-----

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a presente proposta e remeter à Assembleia Municipal.--

**Ponto 7** - Percentagem da participação variável no IRS - ano de 2018, art.º 26º da Lei das Finanças locais - lei 73/2013, de 3 de setembro, na redação actualizada.-----

Câmara Municipal de Alpiarça-----

Intervenção do Presidente para esclarecimento deste ponto e do teor da proposta. Intervenção da Vereadora Sónia Sanfona para esclarecer que este valor não acresce aos valores pagos pelos contribuintes em sede de IRS.-----

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a presente proposta e remeter à Assembleia Municipal---

**Ponto 8** - Operação de destaque n.º 2/2017-----

Informação n.º 254/2017 de 10 de novembro do Gabinete Técnico de Obras-----

Requerente: João Paulo Teixeira-----

O Presidente dá a palavra ao Eng. José Portugal, para esclarecimento do ponto.-----

Foi deliberado, por unanimidade, emitir certidão constando o ponto n.º 11, inscrito no parecer técnico e jurídico que a seguir transcrevo:-----

"11 - Por essa razão entendemos que deve ser advertido o particular, até para salvaguardar a





posição da autarquia, que deverá promover o registo da servidão o que pode fazer com uma escritura pública de constituição da servidão ou aproveitando a escritura de compra e venda da parcela que agora se quer destacar, aproveitando-a para constituir formalmente a servidão e, com isso, proceder ao seu registo."-----

**Ponto 9 - Interesse Público Municipal** -----

Informação n.º 138/2017 de 14 de junho do Serviço Técnico de obras-----

Requerente: Pecuária na Quinta da Goucha-----

O Presidente informa que se trata de um assunto que já veio a reunião de Câmara e sobre o qual foi pedido um conjunto de exigências ao respectivo proprietário, que, verifica-se agora não vão ser satisfeitas. Assim, como o proprietário não muda a sede social para o concelho de Alpiarça, não cria postos de trabalho e tratando-se de uma actividade potencialmente poluente, não há condições para a Câmara propôr à Assembleia Municipal a emissão de parecer favorável de Interesse Público Municipal. O Eng. José Portugal intervém para prestar alguns esclarecimentos, afirmando que dificilmente a CCDR aprovará uma operação deste tipo, pela sua localização. Perante algumas dúvidas colocadas pelos Vereadores do PS, foi decidido retirar o ponto, para melhor análise.-----

**Ponto 10 - Determinação do estado de conservação de edifícios**-----

Informação n.º 5/2017 de Joana Eusébio, de 17 nov 2017-----

Requerente: Carlos Alexandre da Costa Fróis Rodrigues-----

Foi deliberado, por unanimidade, emitir a certidão, com base na informação técnica, de acordo com a ficha da NRAU - Novo regime de Arrendamento Urbano e de acordo com o modelo de "informação técnica" da CIMLT.-----

**Ponto 11 - Determinação do estado de conservação de edifícios**-----

Informação n.º 6/2017 de Joana Eusébio, de 17 nov 2017-----

Requerente: Hugo Filipe Gameiro Martins Nunes-----

Foi deliberado, por unanimidade, emitir a certidão, com base na informação técnica, de acordo com a ficha da NRAU - Novo regime de Arrendamento Urbano e de acordo com o modelo de "informação técnica" da CIMLT.-----

**Ponto 12 - Determinação do estado de conservação de edifícios**-----

Informação n.º 7/2017 de Joana Eusébio, de 17 nov 2017-----



Requerente: Cláudio Cristóvão Jorge e Ricardo Cristóvão Jorge-----  
Foi deliberado, por unanimidade, emitir a certidão, de acordo com a informação técnica, de acordo com a ficha da NRAU - Novo regime de Arrendamento Urbano e de acordo com o modelo de "informação técnica" da CIMLT.-----

**Ponto 13** - Licença especial de ruído com início a 02/12/2017 e termo a 03/12/2017, das 21h30 às 03h, para um evento de karaoke a realizar na Av.ª Carlos Relvas, n.º 43 em Alpiarça.-----

Requerente: Cafeteria O Nosso Cantinho-----  
Foi deliberado, por unanimidade emitir a licença de ruído com o termo da atividade a terminar às 02h manhã.-----

**Ponto 14** - Licença especial de ruído com início a 02/12/2017 e termo a 03/12/2017, das 10h às 02h, para um evento de solidariedade a realizar no Largo da Feira, em Alpiarça.-----

Requerente: Moto Clube Charrua-----  
Foi deliberado, por unanimidade emitir a licença de ruído, de acordo com o solicitado.-----

#### **PERÍODO DO PÚBLICO** -----

Inscreveu-se o município Paulo de Jesus e falou sobre um assunto relacionado com uma rampa junto à sua habitação .-----

O Sr. Presidente respondeu à questão do município.-----

#### **ENCERRAMENTO DA REUNIÃO** -----

Nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada pelo Sr. Presidente, eram dezoito horas e trinta minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata que, para efeitos de execução imediata foi aprovada, em minuta por unanimidade com todos os efeitos legais a partir desta data.-----

E eu, Ana Cristina Lima Ferreira, Assistente Técnica Administrativa, a exercer funções de secretária de apoio no Gabinete de Apoio à Presidência da Câmara, bem como secretária na Assembleia Municipal de Alpiarça, a redigi e assino.-----